



Je

Jornal do Engenheiro

Beatriz Arruda

Uma simples caminhada pelo centro da Capital traz risco de acidentes e é tarefa ainda mais complicada para quem tem mobilidade reduzida. Ministério Público investiga falta de fiscalização.

Página 4

Danificadas e fora de padrão, calçadas dificultam vida de pedestre



RUMO ÀS NEGOCIAÇÕES

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

NO DIA 23 DESTE MÊS, O SEESP realiza o seu já tradicional Seminário de Abertura das Campanhas Salariais, que chega a sua nona edição. Como acontece todos os anos, a entidade recebe em sua sede representantes das empresas e sindicatos patronais com os quais negocia e firma acordos e convenções coletivas em nome dos engenheiros.

Participam ainda especialistas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), consultores e representantes do governo. A ideia é traçar um panorama do cenário socioeconômico e político no qual as negociações acontecerão e principalmente reforçar a disposição para o diálogo e pela busca de uma solução que atenda a ambas as partes. Tal boa vontade, no entanto, não implica abrir mão dos direitos e conquistas da categoria, tampouco de lutar por novas reivindicações.

Ter isso em mente é particularmente importante quando se sabe que as campanhas de 2009 acontecerão no clima da crise financeira que se espalhou pelo mundo e que, no quarto trimestre de 2008, atingiu o Brasil causando queda de 3,6% no PIB (Produto Interno Bruto), de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Por alguma razão, esse resultado serviu para desviar a atenção da boa notícia que foi o fato de o País ter crescido, apesar de toda a turbulência, 5,1%, e mantido o patamar de 2007.

O objetivo do Seminário de Abertura das Campanhas Salariais 2009 é traçar o cenário socioeconômico e político no qual essas acontecerão e principalmente reforçar a disposição para o diálogo.



O esforço a ser feito e que deve se refletir nos acordos salariais deste ano é o de garantir a tendência de expansão econômica e superar a crise. Por isso, devem ser defendidos o emprego e a renda dos brasileiros para que em 2009, ainda que não se alcance o nível de atividades dos dois anos anteriores, não haja queda grave no consumo e piora nas condições de vida da população brasileira.

Sobretudo, é fundamental preservar os postos dos profissionais qualificados, essenciais ao progresso das empresas e ao desenvolvimento nacional. Estudo do Ipea

(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) já aponta os trabalhadores especializados como alvo prioritário das demissões que têm a crise como pretexto (*leia matéria na página 5*). Nada mais equivocado, se o objetivo for o progresso da economia e da sociedade como um todo.

Assim, será meta do SEESP durante as negociações que se aproximam fazer ver às empresas que preservar direitos dos engenheiros é de interesse não só da categoria, mas também das próprias companhias em que atuam e da comunidade em geral.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Kleber Gutierrez. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Lucélia de Fátima Barbosa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 31 de março de 2009. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?



Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.



Anuncie aqui!

(11) 9173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

SP BRASILTUR
Viagens, Turismo, Câmbio e Promotora de Crédito

Hotéis, Passagens, Pacotes e Cruzeiros marítimos nacionais e internacionais com Desconto Especial Associado SEESP

(11) 3115-2020/ 0300 788 8009
spbrasiltur@terra.com.br / www.spbrasiltur.com.br

Desaposentação: melhoria do benefício previdenciário

Nelson de A. Noronha Gustavo Jr.

UM INSTITUTO QUE se vem tornando cada vez mais atual e interessante, em benefício dos contribuintes da Previdência Social, é a desaposentação ou a troca de benefício. A finalidade é permitir que o segurado venha a obter uma remuneração melhor que a atual, nas situações em que tenha efetuado contribuições posteriores à aposentadoria ou quando pretender a mudança de regime previdenciário. Para o pedido, deverá o segurado provar, cabalmente, que, com o deferimento, obterá uma situação mais vantajosa do que aquela de que já desfruta. Ninguém pode ser prejudicado no âmbito do benefício já garantido.

Embora não exista para tanto previsão legal na área administrativa da Previdência Social, que nega a possibilidade, essa começa a ser, gradativamente, admitida pelo Poder Judiciário, com a formação de jurisprudência favorável. Em importante e recente decisão, veio o STJ (Superior Tribunal de Justiça) a criar precedente inestimável, admitindo expressamente a desaposentação, de forma a permitir ao segurado a renúncia ao benefício, com a respectiva contagem do tempo de contribuição. Maior importância deve ser ainda atribuída a esse precedente, na medida em que a decisão do STJ, a par de garantir a melhoria do benefício, deixou de exigir a devolução de quaisquer valores recebidos anteriormente pelo segurado.

Levando-se em conta que a Previdência Social, ante a inexistência de lei específica, considera irreversíveis e irrenunciáveis as aposentadorias, vem o Judiciário admitindo ser desnecessário o exaurimento da via administrativa. Isso porque, havendo norma expressa que impede o agente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) de proceder a tal concessão, a questão passa diretamente ao âmbito da Justiça.

Com a desaposentação, o segurado não deixa de receber normalmente o benefício mensal até o julgamento da ação. Após decisão favorável, o valor da aposentadoria será majorado e haverá ainda o pagamento da diferença entre o benefício novo e o anterior, acumulados desde a data da propositura da ação. Tal quitação será feita em uma única parcela.

Nelson de A. Noronha Gustavo Jr.
é sócio do escritório Noronha Gustavo Advogados

Serviço

O SEESP, por meio do escritório de advocacia Noronha Gustavo Advogados, tomará as medidas necessárias para atender os engenheiros interessados na ação de desaposentação. Esses deverão entrar em contato com Dr. Júlio César de Oliveira, pelos e-mails julio@noronhagustavo.adv.br e advogados@noronhagustavo.adv.br ou telefone (19) 3295-3573.



A DITA DELES

A DITADURA NÃO FOI TÃO RUIM...

FOI ATÉ BOA. FOI UMA DITABRANDA.



MELHOR. ENRIQUECI MUITO. FOI UMA DITAMOLE!

PASSEI MUITA GENTE PARA TRÁS. FOI NUMA DITABOIA!



MEUS ROUBOS NÃO APARECERAM. TINHA A BENDITA CENSURA...

TODOS OS MEUS CONCORRENTES FORAM EM CANA!!



FOI UMA DITAÓTIMA!!!

DITAMARAVILHA!!!





Passeio ou prova DE OBSTÁCULOS?

Lucélia Barbosa

CAMINHAR PELO CENTRO da Capital é um exercício de paciência e atenção. O estado crítico de grande parte das calçadas dificulta o trânsito dos pedestres que, muitas vezes, são obrigados a andar pela rua, disputando espaço com automóveis, ônibus e motocicletas. Buracos, desníveis, degraus, pisos inadequados, garagens que invadem a calçada, ausência de rampas de acesso para pessoas com deficiências físicas e falhas de projeto são as principais causas de acidentes, que atingem especialmente os idosos. A aposentada Etelvina Silva, de 68 anos, conta que já sofreu quedas e torções por três vezes. “Com tantos obstáculos nas calçadas é impossível conseguir se equilibrar”, reclama.

De acordo com a lei, os passeios são de responsabilidade do proprietário do imóvel, seja comercial ou residencial. “A conservação, a manutenção e a reforma das calçadas é dever do dono do lote à sua frente, que deve deixar no mínimo 1,20m para o livre trânsito de pedestres”, cita o secretário municipal das Subprefeituras, Andrea Matarazzo. Apesar disso, em 2005 foi criado o programa “Passeio Livre”, que impõe a padronização de calçadas, definindo os tipos de materiais a serem utilizados, a área mínima de livre circulação, a organização do mobiliário urbano e a melhoria da drenagem. “Até o momento, reformamos mais de 430 quilômetros de calçadas”, informou o secretário.

O problema, no entanto, está longe de ser resolvido. Conforme explica a vereadora paulistana Mara Gabrilli (PSDB), a cidade possui 30 mil quilômetros lineares de calçada. Desde 2005, segundo ela, a Secretaria das Subprefeituras destinou R\$ 76,8 milhões às

reformas de calçadas, quando o ideal seria que esse valor fosse investido anualmente. Autora do projeto de lei que instituiu o PEC (Plano Emergencial de Calçadas), aprovado em janeiro de 2008, Gabrilli conta que a iniciativa visa a reforma das calçadas que tenham grande circulação de pedestres e sirvam de ligação entre os principais serviços públicos de cada região, como escolas, creches, hospitais e terminais. Prevê ainda a instalação de piso tátil de emergência e direcional para aqueles com deficiência visual. “Tenho certeza que se 10% das calçadas nas rotas estratégicas forem consertadas, 90% do problema da mobilidade do pedestre será resolvido”, afirma a vereadora.

Gabrilli aposta ainda nas campanhas de conscientização e em incentivos, como o desconto no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para quem fizer a própria calçada. “Não adiantam iniciativas individuais, tem que ser projeto de quarteirão. A Prefeitura faz o projeto e os proprietários financiam os custos da obra, porque senão vai continuar uma colcha de retalhos, cada um vai fazer da altura da própria garagem.” Sob essa ótica, algumas parcerias entre o município e organizações privadas já foram firmadas, como as associações de lojistas da Oscar Freire e da rua do comércio em Pirituba. Nessa última, segundo ela, as vendas aumentaram 40%.

Para Eduardo José Daros, presidente da Abraspe (Associação Brasileira de Pedestres), a solução seria implantar um sistema similar aos que já existem nos edifícios em São Paulo. “Todo o espaço público seria delimitado em áreas de 50 quadras e cada uma teria um síndico. Assim, o planejamento, a execução e a fiscalização das calçadas seriam coordenadas pelos representantes dos moradores, e a Prefeitura poderia instituir prêmios para as unidades que melhor desempenhassem seu papel nessa parceria.”

Fiscalização

Motivo de tropeços também comum em São Paulo é que muitas vezes as concessionárias que prestam serviços de energia elétrica, água e esgoto, gás e telecomunicações não refazem a calçada após executarem suas obras. Mauro Rodrigues Herrera, proprietário de uma oficina mecânica na Rua Major Sertório, queixa-se que, dias



Etelvina Silva aponta irregularidades na calçada do Viaduto Dona Paulina, no Centro de São Paulo.

após consertar a calçada em frente ao seu estabelecimento, uma empresa de TV por assinatura abriu um buraco no local. “É muito injusto eu fazer a minha parte e as empresas virem aqui, destruir tudo e não refazer o serviço. A administração deveria fiscalizar mais”, desabafa.

De acordo com informações da Secretaria das Subprefeituras, nesses casos, a companhia responsável pelo dano está sujeita a penalidade que pode chegar a R\$ 1.000,00, desde que autuada por um dos 700 fiscais municipais. “De 2005 até hoje, foram aplicadas 9.831 multas”, informa Matarazzo. Para o arquiteto e paisagista Raul Isidoro Pereira, esse trabalho também deixa a desejar. “Eu não vejo o mesmo empenho que no programa ‘Cidade Limpa’, que proibiu os *outdoors*. Tem que ter mais rigor para punir, não importa a quantidade de fiscais e sim a eficiência no trabalho do qual até o momento ninguém viu o resultado.”

A questão está ainda na mira do Ministério Público Estadual de São Paulo, que, por meio da Promotoria da Habitação, abriu inquérito em outubro do ano passado para apurar a fiscalização das calçadas da Capital. Pisos recém-inaugurados, como o da Rua Augusta, apresentaram problemas de desnivelamento e pedras soltas. O MPE vai averiguar também se a técnica e os materiais utilizados são adequados. Para denunciar, o cidadão deve ligar no telefone 156 ou se dirigir à central de atendimento na subprefeitura do seu bairro.

Fotos: Beatriz Arruda



Calçada da Rua Major Sertório é exemplo de desnível e pisos inadequados.

DEMISSÕES PODEM *frear expansão*

Soraya Misleh

NA CRISTA DA ONDA das dispensas que vêm ocorrendo no Brasil desde o segundo semestre de 2008, justificadas pela crise financeira global, devem estar os chamados quadros qualificados. É a conclusão de pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a qual aponta que os cortes de pessoal atingirão em especial os trabalhadores com salários mais elevados.

Segundo explica o presidente desse órgão, Marcio Pochmann, “o estudo toma por referência resultados verificados no interior do mercado de trabalho em momentos que guardam alguma relação com o que estamos vivendo hoje, nos quais vislumbraram-se situações de ajuste”. Assim, considerou as experiências de 1981-1983, 1990-1992 e, mais recentemente, 1999. “E dadas as ações já tomadas pelo Governo Federal de certo apoio à base da pirâmide social, via elevação do salário mínimo, ampliação do bolsa-família, possivelmente os trabalhadores melhor remunerados sejam os mais afetados do ponto de vista relativo, não absoluto”, destaca. E complementa: “Parte do quadro qualificado que conforma o núcleo duro da empresa não será afetada, a menos que o impacto seja muito intenso. Agora, aqueles que estavam em fase de transição para essa situação provavelmente o serão, pela própria rotatividade, que faz com que a empresa possa demitir trabalhadores que estão com maior remuneração para serem trocados, mantido o posto de trabalho, por outros com menor.” Um dos que se encaixam nesse perfil é engenheiro mecânico, mestre em metalurgia e professor na área. Atuava na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) há 23 anos e estava prestes a se aposentar. Preferindo não se identificar, ele foi categórico: “Num mercado em que as empresas preferem pessoas mais jovens, cujo custo é mais baixo, o mais velho se torna descartável.”

Como consequência, tem havido a partir de setembro um incremento da denominada classe média emergente, classificada como C, e redução dos extratos sociais. A avaliação é do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que justifica, em estudo sobre os efeitos da crise junto à classe média: “Pessoas que estavam mais no topo da distribuição estão caindo ou

deixando de crescer, mas o movimento de ascensão à classe C não foi interrompido. O que acontece é uma agregação a esse de pessoas vindas da classe AB (cuja renda domiciliar é a partir de R\$ 4.807,00, conforme a própria pesquisa).” Em outras palavras, a situação é mais instável para quem ganha mais, geralmente quadros mais qualificados. Os engenheiros estão nesse rol.

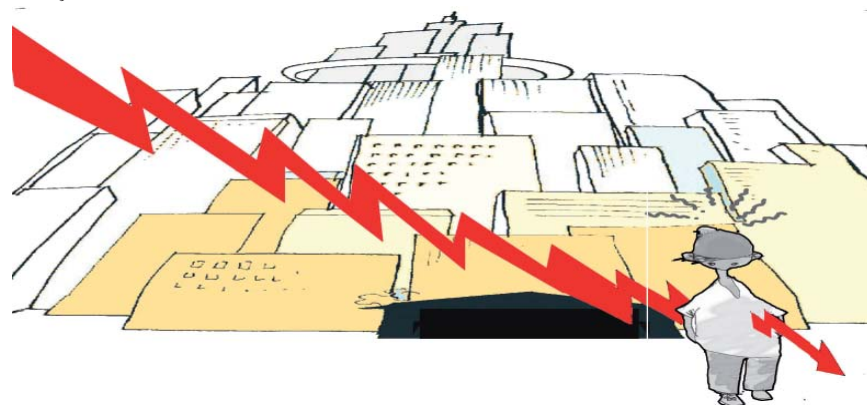
Cortes e desaceleração

Inclusive porque, como atesta Pochmann, até o momento o maior impacto da crise se verifica sobre a atividade industrial. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados em 12 de março confirmam: o emprego nesse setor recuou 1,3% de dezembro de 2008 a janeiro último, acumulando queda de 3,9% desde setembro do ano passado. Recentemente, no Estado de São Paulo, duas gigantes deram sua contribuição para engrossar as estatísticas: Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista). Na primeira, 20% do seu efetivo foi colocado na rua, totalizando 4.200 trabalhadores, dos quais 230 engenheiros – de 5 mil de alta qualificação. Na segunda, foram demitidos aproximadamente 400 (cerca de 8% do pessoal), sendo 21 profissionais da categoria – de mais ou menos 350. Em ambas, os sindicatos majoritários conseguiram na Justiça a suspensão temporária dos desligamentos, decisão que, no caso da Embraer, foi objeto de audiências de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas que terminaram em impasse e sem a garantia de reintegração dos funcionários. Diante disso, as dispensas ficaram suspensas até dia 18 de março, quando ocorrerá o julgamento do dissídio coletivo. Na Cosipa, audiência estava marcada para a véspera, 17.

Destinar a fatura da crise aos trabalhadores é, para Pochmann, a medida mais fácil. Para o SEESP, as demissões, em particular de quadros qualificados, não deveriam ser alternativa a um país que pretende continuar na rota do crescimento. Face aos cortes recentes, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do sindicato, pondera: “É inegável que companhias cuja receita provém em sua maior parte do mercado externo são mais impactadas pela situação. No entanto, não é aceitável, até por sua importância, que ponham na rua milhares de trabalhadores de uma hora para outra. É preciso que reflitam sobre seu compromisso com a sociedade e que se discutam as dispensas já anunciadas, buscando-se formas de reverter o quadro que se configura desastroso.”

Na ótica do presidente do Ipea, uma das alternativas para tanto diz respeito ao acesso aos recursos públicos. “Os beneficiários do bolsa-família, por exemplo, têm uma série de condicionalidades para o seu uso. Já as empresas que estão recebendo subsídios fiscais, empréstimos com taxas de juros vantajosas, que são decisões públicas, não têm o mesmo compromisso, responsabilidade que poderiam vir a ter, do ponto de vista do enfrentamento da crise.” Ademais, na sua concepção, é fundamental um grande entendimento nacional entre trabalhadores, empresários, as três esferas de governo, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário para que o País saia dessa melhor do que entrou. O que é bem provável, uma vez que esta é uma das nações que, como reforça Pochmann, talvez tenha melhores condições de enfrentar a crise. “Tanto que nosso debate aqui não é em torno da recessão, mas da redução da atividade econômica.”

Para enfrentar a crise, Brasil deve preservar emprego e renda dos trabalhadores.





ART: dever do engenheiro, mas também **garantia de vantagens**

INSTITUÍDA PELA Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, e pela Resolução nº 425/98 do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), a emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) é obrigatória a todo engenheiro e demais profissionais da área tecnológica. Isso independentemente de ser autônomo, empregado ou pessoa jurídica. E de o contrato ser por escrito ou verbal.

Conforme explica Maxwell Wagner Colombini Martins, presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Rio Claro e chefe da UGI (Unidade de Gestão de Inspeção) do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) de Limeira, a ART deve ser preenchida a cada serviço prestado. Além disso, toda vez que o engenheiro muda de cargo ou função na empresa, essa precisa efetuar o recolhimento para o funcionário. “Uma vez emitida a ART, fica registrada no conselho e o profissional

começa a formar seu currículo de forma legal e oficial, que pode servir para concursos, consultorias, através da CAT (*Certidão de Acervo Técnico*)”, afirma Martins. Segundo ele, tal certidão funciona como um atestado por serviços prestados e pode ser solicitada ao Confea, por intermédio do Crea de sua jurisdição, a qualquer momento pelo interessado.

Além disso, a ART serviria como instrumento de fiscalização do exercício profissional e do cumprimento do piso da categoria, funcionando como documento comprobatório do seu pagamento, inclusive para fins de aposentadoria.

A responsabilidade técnica de cada um estaria assegurada com sua emissão e preenchimento, não apenas porque os dados ficam registrados no conselho, mas também porque a ART não é aceita se houver incompatibilidade entre atividades desenvolvidas e atribuições em cada área. Como aponta Martins, a multa para quem deixar de cumprir sua obrigação no que concerne à ART é de R\$ 103,00, valor que pode ser duplicado em caso de reincidência.

Preenchimento

De acordo com informação constante do site do Crea-SP, o recolhimento deve ser feito junto ao conselho em cuja jurisdição foi exercida a atividade. No Estado de São Paulo, como observa ele, a ART pode ser preenchida eletronicamente, sem qualquer custo ao profissional. “Todos aqueles ligados ao Sistema e adimplentes podem se cadastrar no site do Crea-SP. Aí recebem seu login e senha para acesso a vários serviços, inclusive a emissão de ART.” Além dos dados pessoais, como CPF, número do registro no órgão,

nome e título do profissional contratado, no documento devem constar o tipo de ART, por exemplo se refere-se a desempenho de cargo ou função, receituário agrônomo, moradia econômica. E ainda se há alguma outra anotação de responsabilidade vinculada àquela, se o profissional é o principal responsável pela atividade ou não, se está substituindo outro. Dados do objeto do contrato e da área de atuação do engenheiro também não podem ficar de fora.

No preenchimento, como lembra Martins, pode ainda ser feita a opção de destinar às entidades sindicais legalmente cadastradas no conselho estadual 10% do valor da ART. No caso dos engenheiros paulistas, seu representante é o SEESP e a alternativa pelo recolhimento em seu favor torna a Anotação de Responsabilidade Técnica instrumento ao fortalecimento da representação da categoria. Para tanto, deve-se anotar o código 068 no campo 31. É importante atentar que esse não pode estar previamente preenchido. Com isso, destaca Martins, “essa verba é transferida pelo Confea para uso em benefício do engenheiro, para divulgação de informações sobre o exercício profissional. O recurso pode ainda ser utilizado para aquisição de equipamentos a esse fim”. Cumprindo essa determinação, o sindicato, em conjunto com o Confea, promove em sua sede, na Capital paulista, entre 19 e 21 deste mês, curso sobre legislação profissional.

No site do Crea (www.creasp.org.br), link Dúvidas frequentes, é possível obter outros detalhes sobre emissão e preenchimento da ART, bem como esclarecimentos adicionais. Outro canal para mais informações é o *call center* do Crea-SP, que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h, pelos telefones (11) 3097-8766 e 0800-171811.



DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURÚ:** R. Domiciano Silva, 6-47 – CEP: 17014-031 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACARÉ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – Fax: (11) 4521-4825 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Trav. Guanabara, 39 – CEP: 16403-057 – Tel./Fax: (14) 3523-2890 – E-mail: lins@seesp.org.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **MOGI DAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Santa Elza, 231 – CEP: 12243-690 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespsjc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesptaubate@vivax.com.br.

SEESP sedia oficina de conselheiros representantes dos trabalhadores

Realizou-se em 2 de março, na sede do sindicato, na Capital paulista, oficina com representantes dos trabalhadores que integram conselhos nacionais. Com assento no Concidades (Conselho Nacional das Cidades), a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) participou da atividade, sendo representada por Laerte Conceição Mathias de Oliveira.

Organizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em atendimento a solicitação feita pelas centrais sindicais, a oficina teve por objetivo propiciar a análise da situação financeira e institucional do FAT e FGTS (fundos de Amparo ao Trabalhador e de Garantia por Tempo de Serviço) e a articulação do trabalho desses con-



Ângelo Arruda/FNA

Iniciativas do gênero devem ter continuidade e ganhar permanência, concluem participantes.

selheiros com foco nas questões do emprego e renda, do investimento e do desenvolvimento. Entre as conclusões, a de que iniciativas como essa, que permitam a integração entre os representantes dos trabalhadores nos diversos conselhos e a interação dos assuntos e pautas atinentes a cada fórum, devem

ter continuidade e ganhar permanência. A pretensão, com isso, é que o segmento dos trabalhadores torne-se ainda mais atuante nesses espaços, com apresentação de propostas que redundem em políticas públicas de interesse da sociedade em geral e dos seus representados em particular.

Campanhas Salariais 2009



Cetesb – Os engenheiros que atuam na Cetesb aprovaram sua pauta de reivindicações em assembleias gerais extraordinárias realizadas nos dias 11 e 12 de março, respectivamente em Sorocaba e São Paulo. A data-base é 1º de maio.

Energéticas – Neste mês de março ocorrerão em todo o Estado as assembleias gerais extraordinárias de abertura das campanhas salariais 2009 dos engenheiros das empre-

sas energéticas (data-base em 1º de junho), conforme o seguinte calendário: Cteep (dias 17, 18, 19 e 25); AEST Tietê (17, 19 e 20); Elektro (18); Cesp (18); Duke Energy (24 e 25); Grupo CPFL (24); CPFL Piratininga (24) e Emae (25). Neste ano, as pautas de reivindicações incluirão itens unificados, a todos os trabalhadores, representados pelos diversos sindicatos, e específicos dos engenheiros em cada companhia.

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.



Anuncie aqui!

(11) 9173-0651
(11) 3284-9880

Curso abordará gerenciamento de mudanças

Será realizado na sede do SEESP, na Capital paulista, de 14 a 17 de abril, das 19h às 22h, curso intitulado “Gerenciamento de mudanças”, que integra o Programa Engenheiro Completo, instituído pela Área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional. As aulas propiciarão, dessa forma, conhecimentos de princípios e modelos para gerenciamento de mudanças de comportamento, de processos e/ou tecnológicas, buscando reduzir riscos de fracasso, prazos de implantação e custos. Tendo como público-alvo interessados em aprimorar suas competências na condução de equipes, como engenheiros, executivos, gestores, além de

estudantes de áreas afins, o curso inclui entre os principais tópicos a serem abordados o gerenciamento propriamente dito, nos níveis estratégico, tático e operacional; instrumentos de análise para a iniciativa; modelos e exemplos aplicáveis para planejamento e execução do plano; suporte à execução: guias e modelos para comunicação, transferência de conhecimento e manejo de comportamentos frente às mudanças propostas. A facilitadora é a psicóloga Débora Lopes, sócio-diretora da Solstício Consultoria de Desenvolvimento Humano. Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3113-2670 ou e-mail admoportunidades@seesp.org.br.

Encontro técnico discutirá gestão ambiental

Entre 15 e 17 de abril, acontece o 10º Encontro Técnico da Asec (Associação dos Engenheiros da Cetesb), no auditório Augusto Ruschi, na sede da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), no bairro Alto de Pinheiros, na Capital paulista. Sob o tema “A Cetesb e a gestão do meio ambiente”, o evento abordará assuntos

como licenciamento ambiental, emergências químicas em postos de combustível e gerenciamento de áreas contaminadas. Incluirá ainda sessões paralelas com exposição de produtos e serviços de patrocinadores. Mais informações no site www.asec.com.br, pelos e-mails asec@cetesbnet.sp.gov.br e asec.asec@gmail.com ou telefone (11) 3133-4020, com Cristiane.

Oportunidades



Segundo levantamento feito até dia 10 de março, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de vagas para engenheiros nas seguintes modalidades e quantidades assinaladas: civil (seis) e alimentos (uma). Para se cadastrar e inserir seu currículo, acesse o site www.seesp.org.br, link Oportunidade Profissional.

Mais informações pelo telefone (11) 3113-2666.